



O BACHAREL EM TURISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: O CASO DAS ESTÂNCIAS TURÍSTICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL¹

Bachelor of Tourism and Public Policies of Tourism: The Case of Tourist Resorts
in the State of São Paulo, Brazil

ARACELIS GOIS MORALES RIGOLDI², GRAZIELA OSTE GRAZIANO CREMONEZI³, KARINA
TOLEDO SOLHA⁴, VALÉRIA RUEDA ELIAS SPERS⁵, MARLI TEREZINHA VIEIRA⁶

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

RESUMO⁷

O Turismo é considerado como relevante por sua capacidade de promover o desenvolvimento de localidades. Entretanto, muitos dos municípios do Estado de São Paulo, Brasil, ainda carecem de melhor estruturação. Diversos fatores levam a tal situação, dentre eles, a incipiência e o pouco profissionalismo na gestão de políticas públicas de Turismo, nas instâncias municipais ou estaduais. Considera-se que esta situação poderia ser minimizada com a incorporação de bacharéis em Turismo no quadro técnico dos organismos públicos da área, formação profissional na qual o Estado de São Paulo apresenta forte tradição. É a partir deste questionamento que esse artigo discute o papel do profissional em Turismo, na gestão de políticas públicas de Turismo, com destaque para os municípios paulistas denominados como Estâncias Turísticas. Para tanto, este *paper*, com metodologia qualitativa com ênfase descritiva e exploratória, utilizou-se de entrevistas com os secretários de Turismo do Estado de São Paulo. Como resultado verifica-se que, apesar dos agentes políticos reconhecerem a importância do bacharel, a sua inserção na gestão de políticas públicas ainda é muito restrita.

169

¹ A presente pesquisa teve financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

² **Aracelis Gois Morales Rigoldi** – Doutora. Turismóloga da Prefeitura da Estância Turística de Tupã, Tupã, SP, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7435669422177489> E-mail: aracelisgm@hotmail.com

³ **Graziela Oste Graziano Cremonezi** – Doutora. Professora do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Campinas, SP, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/766974491443657> E-mail: graziela.graziano@gmail.com

⁴ **Karina Toledo Solha** – Doutora. Professora na Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0668319688752070> E-mail: kasolha@usp.br

⁵ **Valéria Rueda Elias Spers** – Doutora. Professora no Centro Universitário Atenas, MG, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7249845321341229> E-mail: vrspers@gmail.com

⁶ **Marli Terezinha Vieira** – Doutora. Professora na Universidade Federal de Tocantins. Palmas, Tocantins, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1992076006957616> E-mail: marlivieiracont@uft.edu.br

⁷ **Processo Editorial:** Recebido: 15 FEV 19; Avaliado: MAR-SET; Aceito: 6 OUT 19.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo. Bacharel em Turismo. Políticas Públicas. Estâncias Turísticas. São Paulo-SP, Brasil.

ABSTRACT

Tourism is considered relevant because of its capacity to promote the development of localities. However, many municipalities in the state of São Paulo, Brazil still lack better professional structure. Several factors lead to such situation, among them, the incipience and the unprofessionalism in the management of tourism public policies, in the municipal and regional instances. It is considered that this situation could be minimized with the incorporation of bachelors in Tourism in the structure of public services in the area, professional training in which the State of São Paulo has a strong tradition. It is from this question that this article discusses the role of the professional in Tourism, in the management of public policies of Tourism, highlighting the municipalities of São Paulo called as Tourist Resorts. Therefore, this paper, with qualitative methodology with descriptive and exploratory emphasis, used interviews with the secretaries of Tourism of the State of São Paulo. As a result, although political agents recognize the importance of a bachelor's degree, their insertion in public policy management is still very restricted.

KEYWORDS

Tourism. Bachelor in Tourism. Public Policies. Tourist Resorts. São Paulo-SP, Brazil.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial do Turismo [OMT] destaca que o turismo mundial vai crescer de 3% a 4% no ano de 2019, possibilitando um aumento significativo no cenário turístico, que no ano de 2018 registrou um apontamento de 6% a mais sobre o ano de 2017 de chegadas de turistas internacionais no mundo todo (Brasil, 2019). Apesar de toda crise econômica no Brasil, a atividade turística vem apresentando dados positivos, mostrando-se bastante otimista no ano de 2017, quando comparada ao ano de 2016, que segundo dados do Ministério do Turismo (Brasil, 2018). Por meio do Boletim de Desempenho Econômico do Turismo, o progresso foi de 4,3%, no primeiro trimestre de 2017, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Outro dado de destaque é o aumento das viagens domésticas e da intenção de viajar no Brasil, que segundo o Ministério do Turismo (Brasil, 2018), por meio do estudo de sondagem do consumidor em parceria com Fundação Getúlio Vargas [FGV] apresenta um resultado surpreendente, representando um crescimento de 16,8% em 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme ilustra a Tabela 1.

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

Tabela 1 - Intenção de viajar dos brasileiros

Discriminação	%			
	Intenção de Viagem %	jun/16	jun/17	Aumento
Sim		19,7	23	16,8
Incerto		3,2	2,8	
Não		77,1	74,2	4,5
Viagem dentro do País				
Dentro do Estado		26,5	29,9	12,83
Fora do Estado		73,5	70,1	

Fonte: Ministério do Turismo: Dados e fatos - Estudo de Sondagem do Consumidor (2018), adaptada pelas autoras.

É relevante destacar que, apesar de os brasileiros atestarem maior vontade de viajar e a economia do turismo ter seu quadro favorável estatisticamente, os brasileiros estão manifestando um aumento das viagens domésticas dentro dos seus próprios estados, com uma elevação de 12,83% em 2017 comparada com o ano de 2016, o que canaliza os esforços das políticas públicas locais e regionais e a importância do aquecimento do mercado de trabalho desses profissionais de turismo, num cenário em que o desemprego aponta números cada vez mais crescentes e assustadores.

Nesse contexto, o Estado de São Paulo se destaca como o maior receptor e emissor de turistas no Brasil, o que demonstra a sua importância econômica no cenário turístico interno, como revelam os dados do Ministério do Turismo (2018), por meio do extrator de chegadas de turistas internacional que sinaliza um número de 6.588.770 entradas no Brasil, em 2017, tendo São Paulo em primeiro lugar, com 2.144.606 chegadas, ou seja, 32,55% do total de turistas internacionais. Apesar da sua importância como destino emissor e receptor, o Estado de São Paulo apresenta uma grande fragilidade em suas estruturas institucionais, situação verificada por Solha (2005) ao estudar o papel dos organismos estaduais de Turismo no desenvolvimento do turismo nacional.

A institucionalização do Turismo na administração do Estado caracteriza-se pelo forte vínculo com as diretrizes nacionais, restringindo-se em muitos momentos apenas à implementação de projetos e ações demandas pela Embratur, com poucas iniciativas próprias. Dentre elas destaca-se a proposição da criação das Estâncias Paulistas, política que até recentemente se apoiava exclusivamente na disponibilização de recursos.

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

No início da década de 1990, o governo do Estado de São Paulo aprova uma legislação específica, a lei 7.862/1992, que reúne no Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos [DADETUR], lotado na Secretaria Estadual de Turismo, 70 municípios denominados como 'estâncias turísticas', com o objetivo de alavancar o turismo paulista, apoiado em recursos financeiros do Fundo de Melhoria das Estâncias. Os recursos destinavam-se a projetos de infraestrutura relacionados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo. A partir de 2010, em função das crescentes demandas dos demais municípios, o DADETUR começa a discutir a necessidade de atualizar a Lei das Estâncias, propondo que houvesse contrapartidas para o investimento realizado, estimulando os municípios a aprimorarem-se da gestão do turismo, se tornando mais competitivos. Assim, surge uma nova legislação para as estâncias paulistas que, conforme a lei complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015, e a lei de nº 16.283, de 15 de julho de 2016, estabelecem condições e novos requisitos para a permanência da classificação das Estâncias.

A nova lei inclui uma série de exigências, como a elaboração de plano diretor de turismo, criação de conselhos municipais de turismo deliberativos, estudos de demanda, inventários turísticos, além de propor a criação de 140 Municípios de Interesse Turístico [MITs]. A lei ainda garante, após sua regulamentação, a rotatividade, a cada três anos, de três municípios, buscando promover uma maior competitividade entre os municípios Estâncias e as cidades classificadas Municípios de Interesse Turístico.

Além de qualificar os destinos turísticos paulistas, se pretende inseri-los no cenário do turismo nacional e internacional, ampliando a capilaridade e se tornando de fato um grande e diversificado destino receptor. Contudo, é preciso superar algumas fragilidades, pois apesar de diversas cidades paulistas serem reconhecidas legalmente como estâncias, muitas não apresentam estrutura turística sustentável, que promova o turismo olhando não só aos visitantes, mas também para qualidade de vida da comunidade local (Dwyer, Edwards, Mistilis, Roman & Scott 2009; Solha, Almeida, Aldrigui & Raimundo, 2010; Carvalho & Guzmán, 2011).

Nessa síntese, com os dados apresentando o crescimento do turismo, qual seria a presença dos profissionais de turismo na gestão das políticas pública sem municípios que se destacam no incremento da atividade turística? Se as referências apontam o turismo como uma atividade crucial de sustentação econômica local, regional e nacional e que visa o crescimento econômico do país, o bacharel em turismo poderia contribuir de modo relevante na gestão

destes destinos, e em especial na implementação de ações de qualificação das estâncias turísticas paulistas para atender às novas diretrizes indicadas pela legislação recentemente aprovada.

O presente estudo tem como objetivo verificar a importância do bacharel em turismo no contexto do desenvolvimento das políticas públicas de turismo nas secretarias municipais ou afins, em particular nos municípios Estâncias do Estado de São Paulo. Para tanto, foi necessário discutir questões como a atuação e a regulamentação profissional do bacharel em turismo, a importância desse profissional na gestão pública de turismo, como também a sua inserção no quadro técnico das estâncias turísticas do estado de São Paulo.

TURISMÓLOGO: REGULAMENTAÇÃO E COMPETÊNCIA

Para evidenciar a importância do bacharel em Turismo para o desenvolvimento e fortalecimento da atividade, é necessário refletir: quem é este profissional? Quais são suas habilidades e conhecimentos? Qual é o seu papel no desenvolvimento do turismo em um município? Importante salientar que bacharel em Turismo não é uma profissão regulamentada e, sim, reconhecida no Brasil pela Lei 12.591, de 18 de janeiro de 2012, que disciplina a sua atuação para:

- I - planejar, organizar, dirigir, controlar, gerir e operacionalizar instituições e estabelecimentos ligados ao turismo;
- II - coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica, artística e cultural, bem como realizar estudos de viabilidade econômica ou técnica;
- III - atuar como responsável técnico em empreendimentos que tenham o turismo e o lazer como seu objetivo social ou estatutário;
- IV - diagnosticar as potencialidades e as deficiências para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;
- V - formular e implantar prognósticos e proposições para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;
- VI - criar e implantar roteiros e rotas turísticas;
- VII - desenvolver e comercializar novos produtos turísticos;
- VIII - analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de turismo;
- IX - pesquisar, sistematizar, atualizar e divulgar informações sobre a demanda turística;
- X - coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de marketing turístico;

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

- XI - identificar, desenvolver e operacionalizar formas de divulgação dos produtos turísticos existentes;
- XII - formular programas e projetos que viabilizem a permanência de turistas nos centros receptivos;
- XIII - organizar eventos de âmbito público e privado, em diferentes escalas e tipologias;
- XIV - planejar, organizar, controlar, implantar, gerir e operacionalizar empresas turísticas de todas as esferas, em conjunto com outros profissionais afins, como agências de viagens e turismo, transportadoras e terminais turísticos, organizadoras de eventos, serviços de animação, parques temáticos, hotelaria e demais empreendimentos do setor;
- XV - planejar, organizar e aplicar programas de qualidade dos produtos e empreendimentos turísticos, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;
- XVI - emitir laudos e pareceres técnicos referentes à capacitação ou não de locais e estabelecimentos voltados ao atendimento do turismo receptivo, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;
- XVII - lecionar em estabelecimentos de ensino técnico ou superior;
- XVIII - coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e estabelecimentos privados que atendam ao setor turístico. (Brasil, 2012, s.p)

No entanto, o fato de o profissional de Turismo ter sido reconhecido já é um grande avanço para a área, que há mais de 30 anos sofre e luta com esse descaso. Saliente-se que o reconhecimento legal traz à tona o papel do turismólogo, mostrando o exercício e requisito na profissão, mas não coloca em evidência quem são esses profissionais, devido a não regulamentação da Lei, que traria explícito a competência da formação acadêmica superior. Com relação à formação acadêmica, Ansarah (2002) descreve que o primeiro curso de Turismo, no Brasil, iniciou na década de 1970, na cidade de São Paulo, na Universidade Morumbi, e teve seu auge nos anos 1990, em que o país apresentava um grande crescimento no setor. Na década de 2000, segundo Beni (2006), houve uma grande redução dos cursos, devido a motivos como a falta de inserção desses profissionais no mercado de trabalho, falta de regulamentação e reconhecimento, a má qualidade de muitos cursos, entre outros fatores.

Ainda assim, a inexistência de uma ação planejada entre os atores que constituem o setor do Turismo transmite uma falta de explicitação sobre a atuação do turismólogo, acarretando uma possível confusão no processo de formação do profissional, levando a que o profissional formado não tenha, ainda, uma imagem sólida no mercado, que demonstre o conjunto de benefícios que sua atuação pode trazer à atividade (Pimentel, Carvalho & Paula, 2016). Como campo profissional, o de Turismo também exige o seu tempo de maturação, que na atualidade depende da interação com segmentos como Geografia, Direito, Arquitetura, entre outros (Santos, 2015).

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

Várias instituições, públicas e privadas, dispersas por todo território paulista, oferecem formação superior em Turismo, com projetos pedagógicos que contemplam propostas de formação voltadas tanto para atuação junto a empreendimentos privados, quanto ao planejamento e gestão de localidades turísticas, embasadas nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Turismo, que estabelecem no seu Artigo 3º:

O curso de graduação em Turismo deve ensinar, como perfil desejado do graduando, capacidade e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional (MEC, 2006, s.p).

Entre as competências e habilidades desejadas na formação destes profissionais, se pode destacar aquelas relacionadas à possibilidade de sua atuação na gestão pública do Turismo:

- I - compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II - utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III - positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- IV - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- V - domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- VI - adequada aplicação da legislação pertinente;
- VII - planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento (MEC, 2006, s.p).

175

Apesar de a Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (ABBTUR, s.d.) defender a regulamentação da profissão, esta questão ainda é bastante polêmica. Autores como Trigo (2015) e Beni (2012) salientam sobre a não regulamentação do turismólogo, ressaltando que no setor, só se sobressaem os melhores, independente de regulamentação legal, e que esse assunto já não é tão importante para os profissionais que conseguem ver a evolução do mercado turístico, tendo outra perspectiva sobre a questão. Trigo (2015) afirma que, em nenhum local do mundo existe a regulamentação da profissão de turismólogo, uma vez que pode atuar em diversas áreas como eventos, agências, transportes, cultura, lazer, entre outros. Rosa, Balsa, Tonin e Costa (2016) salientam que, apesar da formação acadêmica, a busca por

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

novos desafios é condição de crescimento desse profissional para atuação no mercado de trabalho.

Nesse sentido, segue-se a visão proposta de Trigo (2015), que independente da regulamentação, se o profissional de Turismo desejar ter reconhecimento no mercado, é necessário investir na formação profissional, com cursos de atualização, visão de futuro, empreendedorismo. Corroborando, Santos (2015) enfatiza que o profissional de Turismo deve compreender que, nesta profissão, é preciso empreender, criar estratégias de inovação e superação, que fujam do tradicional. Assim, na academia é necessária a formação continuada com cursos, especializações, mestrados e doutorados; na área privada e pública é importante que o profissional busque atualização continuada, visando a capacitação que o mercado requisite, considerando a sustentabilidade social, cultural e econômica com consciência ética, eficácia e eficiente.

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE TURISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesse artigo considera-se que o profissional formado na área e/ou ao bacharel em Turismo é reconhecido como turismólogo, frisando que esse profissional tem sua atuação diretamente ligada às competências para atuar no mercado. Ainda assim, quando se habilita a atuação de mercado com as competências pode-se compreender a importância do turismólogo para a execução e implantação das políticas públicas de Turismo em gestões públicas municipais, estaduais e federais.

As políticas públicas de turismo são ações que direcionam os caminhos para atingir os objetivos propostos, determinando as prioridades e estabelecendo programas que zelem para a preservação e conservação dos atrativos e da comunidade local (Cruz, 2016; Gastal & Moesch, 2007). Para essa concretização, o planejamento turístico é o instrumento capaz de definir o percurso a ser realizado com a capacidade do profissional de Turismo em tomar as decisões para o fortalecimento da atividade turística. Ruschmann (2016) e Fratucci (2014) evidenciam que o planejamento turístico, além de almejar alcançar os objetivos propostos, é também o processo de indagar os caminhos e as tomadas de decisões, prevendo suas vantagens e desvantagens com antecedência, controle, eficiência e direção.

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

Fernandes (2011) descreve que a gestão das políticas públicas, no Turismo, deve ser implantada nas ações de gerenciamento e fortalecimento do setor, atingindo metas de acordo com o plano local, estadual e nacional de Turismo, sendo de grande importância para o conjunto de tomadas de decisão. Para Gastal e Moesch (2007), uma política pública de Turismo deve aproximar estratégias junto ao *trade* turístico e à sociedade, de forma conjunta com todos os setores, como hotelaria, restaurantes, atrativos, agências de viagens, entre outros, formando um todo de partes que produza qualidade para o destino turístico.

A gestão na área de políticas públicas em Turismo não se restringe a técnica, não prescindindo de um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos, associados à habilidade de tomar decisões, solucionar problemas, gerenciar programas com a competência de promover o desenvolvimento social. Almeida e Castro (2017) enfatizam que o profissional de Turismo que atua na área de políticas públicas e de planejamento deve estar ciente da interação com a participação da comunidade. Isso leva a um desafio central que é a necessidade da profissionalização da gestão, para a formulação e implantação de políticas públicas no setor, focando a sustentabilidade e a participação da comunidade local. Panosso Netto e Trigo (2015), Beni (2012) e Dias e Matos (2012) salientam que o sucesso do turismo na área pública está ligado diretamente ao profissionalismo, que por meio de pessoas capacitadas e qualificadas no setor, é possível realizar políticas públicas focadas no planejamento participativo em longo prazo, no pensamento do bem viver, proporcionando infraestrutura, satisfação e qualidade do turismo não só para os turistas como, principalmente, para os moradores locais.

Para Winkert e Vicentini (2015) é relevante ressaltar a importância do profissional do Turismo na área pública em todas as decisões que envolvam o planejamento e administração da atividade turística, na qual o profissional deve ter, além da capacidade e da clareza dos objetivos, a compreensão dos possíveis obstáculos, buscando soluções para as futuras ameaças. Cabe ao profissional de Turismo o planejamento de ações que estejam em sintonia com o desenvolvimento sustentável, focando o bem-estar e a harmonia do ambiente natural e cultural com a comunidade local. Para tanto, as pesquisas realizadas na área de políticas públicas de turismo por autores como Beni (2012), Hall (2004), César (2011) e Silva (2015), observam que a atividade turística nem sempre está cercada de uma gestão capacitada,

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

revelando profissionais atuando em órgãos públicos com uma grande fragilidade em relação aos conhecimentos técnicos e teóricos da atividade turística sustentável.

METODOLOGIA

O presente estudo segue o método qualitativo que, segundo Creswel (2014) e Merriam (2015), estuda um tema ou questão, identificando aspectos que não podem ser medidos facilmente, utilizando-se de dados como entrevistas, observações, documentos entre outros. Beltrão e Nogueira (2011) salientam que a revisão da literatura e a análise documental se destacam por apresentar dados, informações, registros, elementos que promovem diversas possibilidades de pesquisas futuras e análise de interpretações. Ainda, a pesquisa proposta é descritiva e exploratória que, após as coletas dos dados, encaminha para análise e discussão. Koche (2011) salienta que, a “pesquisa exploratória não se trabalha com a relação entre variáveis, mas com o levantamento da presença das variáveis e da sua caracterização quantitativa ou qualitativa” (p.27), com o objetivo de aprofundar-se no tema em questão. As técnicas da pesquisa foram embasadas em pesquisa bibliográfica e análise documental, constituída pelos temas de estudo.

Os dados foram coletados da pesquisa quantitativa não publicada no ano de 2016, com as 70 estâncias paulistas que o Observatório do Turismo e Eventos da São Paulo Turismo realizou a pedido da Associação das Prefeituras das Cidades Estâncias do Estado de São Paulo [APRECESP], com o objetivo de conhecer o andamento da atividade turística perante esses municípios. Todas as estâncias receberam e responderam um formulário contendo perguntas relacionadas ao quadro de recursos humanos, atividades realizadas, fontes de recursos, meios de divulgação, períodos de demanda turística, entre outros questionamentos. Os resultados desta pesquisa foram disponibilizados para o presente estudo, que fez um recorte temático considerando apenas os questionamentos que poderiam contribuir para elucidar a questão de pesquisa.

Para melhor apreciação e análise dos resultados da pesquisa do Observatório do Turismo e Eventos da São Paulo Turismo, o presente estudo buscou averiguar o pensamento dos secretários de Turismo do estado de São Paulo em 2017 e 2018, por meio de entrevistas abertas realizadas na Secretaria de Turismo do estado de São Paulo. Segundo Sampieri (2013) “as entrevistas abertas se baseiam em um roteiro geral de conteúdo e o entrevistador tem

toda a flexibilidade para trabalhar com elas” (p.426). Salienta-se a necessidade das entrevistas com os secretários se deu porque as políticas públicas das gestões municipais de Turismo, tratadas pelas estâncias, estão diretamente ligadas ao DADETUR, órgão da Secretaria Estadual de Turismo de São Paulo. Nesse cenário, após a coleta dos dados a pesquisa segue a análise e interpretação dos resultados manifestando elementos que permite uma visão do todo na reflexão de pensar e conhecer a realidade dos fatos apresentados na conjunção da teoria com a prática apresentada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O profissional de Turismo nas estâncias turísticas do Estado de São Paulo - O Estado de São Paulo apresenta uma legislação de ação de política pública, que beneficia municípios que se destacam por possuírem atrativos turísticos, com recursos financeiros para desenvolverem projetos de infraestrutura para o turismo, podendo esse programa ser modelo para outros estados. Ressalte-se a importância de profissionais de Turismo atuando para o fortalecimento dessas obras em ações de políticas públicas que beneficiam o desenvolvimento da atividade.

O Estado apresenta 70 cidades denominadas como estâncias turísticas, que até o ano de 2014 eram classificadas como balneárias, climáticas, hidrominerais e turísticas, de acordo com suas especificações locais. Atualmente, todas são denominadas estâncias turísticas e apresentam atrativos e recursos turísticos, desempenhando um papel de crescimento econômico local, regional, estadual e/ou nacional.

São poucas as pesquisas sobre a temática das estâncias turísticas paulistas com políticas públicas de turismo, destacando-se as obras de Aulicino (1991), que evidenciam alguns impactos e benefícios nos municípios para as estâncias, que na época da análise incluía 44 cidades consideradas como estâncias. Hoje as estâncias turísticas apresentam um contexto econômico e social bem diferente da época analisada e, portanto, apresentam-se outros desafios.

Juliano (2015) trata das políticas públicas nas estâncias paulistas e indica que, apesar do crescimento das ações públicas, o turismo não consolida o desenvolvimento para as desigualdades sociais. Galvão (2018) discute as novas legislações paulistas publicadas e sua ênfase na necessidade do planejamento. Além dessas obras, destacam-se dois textos que

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

foram gerados como resultados de uma ação do DADETUR para repensar a legislação vigente em 2010; o primeiro faz uma análise da trajetória de criação das estâncias (Raimundo, Almeida, Solha & Aldrigui, 2010) e o outro traz uma discussão sobre os desafios e perspectivas (Solha et al, 2010).

A partir de 2015, com a Lei 1.261/2015 que, apesar da falta da regulamentação até o presente momento do estudo, se destaca por ser uma ação de política pública que evidencia a necessidade de atuações no desenvolvimento do turismo com ações que realmente fortaleçam o crescimento da atividade, colocando os municípios turísticos em ranqueamento a cada três anos no que concerne aos recebimentos dos recursos financeiros. Apesar de a Lei para as estâncias ser um grande passo nas políticas públicas de Turismo do Estado, ressalta-se que é necessário aprimorar as legislações, enfatizando a importância das obras turísticas para o desenvolvimento sustentável, na qual o turismo só será bom para o turista quando primeiramente for benéfico à população local.

Caraguatatuba foi o primeiro município elevado à condição de estância em 1947, completando em 2018, setenta e um anos de história como estância, recebendo durante todo este período, recursos na época vindos do Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias [FUMEST], atual Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos [FUMTUR], alocado no Departamento de apoio ao desenvolvimento dos municípios turísticos [DADETUR]. Assim como Caraguatatuba, muitos outros municípios recebem investimentos do governo do Estado destinados a melhoria da infraestrutura no turismo, como pode se observar no Quadro 1.

Nesse contexto, em que é possível conhecer os municípios que recebem recursos financeiros do DADETUR, é crucial contextualizar a importância do profissional de turismo no desenvolvimento deste setor nas estâncias turísticas. Mas será que os órgãos públicos dessas prefeituras paulistas estão atuando com profissionais de turismo, que tem um campo de atuação e competência para a área? Todavia, aos olhos da classe política, a caracterização para um município elevado a estância tem sido mais focada nos poderes econômicos providos do FUMTUR, do que no desenvolvimento local que o turismo proporciona.

Quadro 1 - Relação dos municípios e o ano crescente de elevação à condição de Estância Turística

Município	Ano	Município	Ano	Município	Ano
Caraguatatuba	1947	Itu	1979	Batatais	1994
Cananéia	1948	São Pedro	1979	Ilha Comprida	1995
Guarujá	1948	Embu das Artes	1979	Eldorado	1995
Iguape	1948	Campos do Jordão	1986	Paraguaçu Paulista	1997
Ilhabela	1948	Atibaia	1986	Ribeirão Pires	1998
Itanhaém	1948	Águas da Prata	1986	São José do Barreiro	1998
São Sebastião	1948	Águas de Lindóia	1986	Holambra	1998
Ubatuba	1948	Águas de Sta Bárbara	1986	Salto	1999
Cunha	1948	Águas de São Pedro	1986	Ilha Solteira	2000
Sta Rita do Passa Quatro	1950	Amparo	1986	Pereira Barreto	2000
Campos Novos Paulista	1955	Ibirá	1986	Ibiúna	2000
Nuporanga	1962	Lindóia	1986	Joanópolis	2001
Bragança Paulista	1964	Monte Alegre do Sul	1986	Salesópolis	2001
Caconde	1966	Poá	1986	Paranapanema	2001
Analândia	1966	Serra Negra	1986	Avaré	2002
São Bento do Sapucaí	1967	Socorro	1986	São Luiz do Paraitinga	2002
Santo Antonio do Pinhal	1967	Bananal	1987	Piraju	2002
Peruíbe	1974	São Roque	1990	Santa Fé do Sul	2003
São Vicente	1977	Presidente Epitácio	1990	Tupã	2003
Mongaguá	1977	Bertioga	1993	Brotas	2014
Aparecida	1978	Ibitinga	1993	Olímpia	2014
Santos	1979	Tremembé	1993	Guaratinguetá	2014
Praia Grande	1979	Morungaba	1994		
Barra Bonita	1979	Igaraçu do Tiete	1994		

Fonte: Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, 2018.

Na pesquisa pôde-se verificar que, dentre os 70 municípios considerados estâncias turísticas, todos declararam um setor, departamento, secretaria municipal ou diretoria que se sobrecarrega das diretrizes do turismo municipal, no entanto quando analisados os fatos observa-se que apenas 28,6% das estâncias têm uma secretaria municipal de Turismo específica para o desenvolvimento do turismo; 34,3% revelam que a estrutura do turismo está constituída em departamentos e/ou diretorias de Turismo; 18,6% dos municípios apresentam a Secretaria de Turismo e Cultura, juntos; 11% revelam a Secretaria de Turismo interligada com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico; e 7,5% evidenciaram a Secretaria de Turismo relacionada com a Secretaria de Esportes e/ou Lazer. O resultado salienta um quadro

satisfatório que, apesar de somente 28,6% das estâncias terem uma secretaria municipal própria ao Turismo, todas revelam um setor para o desenvolvimento da atividade.

No que concerne ao quadro de recursos humanos, os dados sinalizam a maioria das estâncias com menos de 9 funcionários; apenas nas estâncias com maior número de habitantes, o quadro alcança mais de 10 funcionários; 50% das estâncias têm de 1 a 4 pessoas, resultando em um quadro de servidores insuficiente para o desenvolvimento de ações em uma secretaria de Turismo, considerando execução de planos, programas e projetos, conforme ilustra a tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - Número de funcionários nas secretarias de Turismo das estâncias turísticas

Número de funcionários	Estâncias	%
1	5	7,1
2	9	12,9
3	12	17,1
4	9	12,9
5 a 9	16	22,9
10 ou mais	19	27,1
	70	100,0

Fonte: Dados do relatório do Observatório do Turismo (2016), adaptado pelas autoras.

A Tabela 2 demonstra que 27% das estâncias contam com 10 ou mais funcionários no seu quadro de servidores e que, quando analisado perante as demais estâncias, observa-se que 73% dos municípios possuem menos de 9 funcionários. Ainda assim, nos resultados estratificados observa-se que as cidades que relatam maiores números de servidores são as litorâneas e de maior número populacionais como Santos, São Vicente, Ilhabela, Mongaguá, Bertioga, Guarujá e Ubatuba.

Na comparação entre colaboradores concursados e comissionados, as estâncias apresentam um quadro de funcionários comissionados maior do que concursados nas secretarias ou nos departamentos de Turismo, enaltecendo a hipótese de que projetos perdem a continuidade na gestão pública por mudanças de mandato e/ou instabilidade no emprego, conforme ilustra a Tabela 3, na qual a maioria das estâncias turísticas com 32,9% aponta um servidor comissionado e 28,6% das cidades relatam ter um servidor concursado.

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

Tabela 3 - Número de funcionários comissionados e concursados nas secretarias de turismo das estâncias turísticas

Funcionários	Cargos comissionados		Cargos concursados	
	Estância	%	Estância	%
0	3	4,3%	8	11,4%
1	23	32,9%	20	28,6%
2	14	20,0%	13	18,6%
3	11	15,7%	6	8,6%
4	6	8,6%	4	5,7%
5 a 9	9	12,9%	9	12,9%
10 ou mais	4	5,7%	10	14,3%
	70	100,0%	70	100,0%

Fonte: Dados do relatório do Observatório do Turismo (2016), adaptado pelas autoras.

No entanto, as estâncias aqui elencadas, que apresentam um quadro de mais de 10 funcionários, retratam a realidade de mais servidores concursados do que comissionados nas secretarias e/ou departamentos de Turismo. O estudo não pode afirmar, por não ter pesquisas empíricas sobre o fato, mas considera-se que as cidades litorâneas vêm desenvolvendo um trabalho contínuo de turismo e, por apresentarem maior número de servidores concursados fomenta-se a questão da continuidade de programas e ações para o desenvolvimento e fortalecimento do turismo.

Muitas prefeituras têm dificuldade ou a falta de vontade de inserir nos seus quadros de recursos humanos servidores efetivos por motivos de custo, visão da gestão municipal e por ter o poder de acompanhar a nomeação e exoneração de pessoas com maior facilidade se nomeada em comissão, principalmente em cidades pequenas. Para tanto, quando as pessoas comissionadas não têm conhecimento ou formação na área, a atividade turística do município sofre um atraso de crescimento, perspectiva e desenvolvimento do turismo não só no que tange ao *trade* turístico, mas principalmente no fortalecimento do turismo perante a comunidade local.

Diante desse contexto, quando se analisa a inserção do profissional nas estâncias turísticas do Estado de São Paulo, o quadro é satisfatório, apresentando um total de 88 profissionais de Turismo atuando nesses municípios. Entretanto, quando comparado com a soma de todos os

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

funcionários o resultado é extremamente tímido, em que, em um total de 705 pessoas trabalhando nas secretarias e departamentos afins de Turismo encontram-se apenas 12,5% de profissionais de Turismo, manifestando um número muito baixo na perspectiva do fomento ao turismo no estado de São Paulo por meio da política pública de turismo nas estâncias turísticas.

Observa-se por meio da Tabela 4 que 40% das estâncias mantêm apenas um profissional de Turismo na prefeitura, enquanto que 21,4% relataram não terem nenhum profissional da área. Cabe ressaltar que a pesquisa não evidencia o nível desse profissional e também a sua participação no planejamento das ações das secretarias de Turismo, só retrata que esse profissional tem formação acadêmica e/ou técnica na área, o que demonstra a competência para atuar na área das políticas públicas de Turismo.

Tabela 4 - Número de profissionais de turismo nas secretarias de Turismo das estâncias turísticas

Número de profissionais de turismo	Estâncias	%
0	15	21,4
1	28	40,0
2	13	18,6
3	6	8,6
4	4	5,7
5 a 9	3	4,3
10 ou mais	1	1,4
	70	100,0

Fonte: Dados do relatório do Observatório do Turismo (2016), adaptado pelas autoras.

Evidencia-se que pouco se aproveita dos estudantes formados na área. Apesar de todo o conhecimento desses profissionais, a inserção dos mesmos no mercado de trabalho nos órgãos públicos é ainda muito incipiente, demonstrado, aqui, pelas secretarias e/ou diretorias e departamentos de Turismo das 70 estâncias turísticas do estado de São Paulo. A Tabela 4 ainda releva que 21,4% das estâncias não apresentam nenhum profissional da área, mas sinaliza que as estâncias turísticas que demonstraram 4 ou mais profissionais de Turismo nos municípios (11,4%) são as cidades que possuem mais servidores concursados e, quando analisado esse dado, observa-se que as cidades litorâneas são as que possuem mais profissionais de Turismo, o que releva a hipótese apresentada de continuidade e profissionalização de programas na gestão de Turismo.

Para melhor validação desses resultados, o presente estudo entrevistou os secretários de Turismo do Estado de São Paulo. Apesar da vontade política demonstrada pelos entrevistados é relevante salientar que a gestão da pasta de Turismo no Estado vem sofrendo alterações de comando que dificultam as ações em longo prazo, com programas que visam o fortalecimento do turismo. Observa-se que, no decorrer da pesquisa, a Secretaria de Turismo do Estado passou por três secretários no período de um ano e meio, sinalizando que apesar da boa vontade de todos envolvidos, as dificuldades da permanência do cargo do secretário estadual no procedimento das ações turísticas e gerenciais também afetam o desencadeamento nas ações de turismo das estâncias municipais.

A primeira entrevista ocorreu no gabinete do secretário estadual de Turismo na época, denominado aqui entrevistado 1, que permaneceu no cargo de secretário entre 09-08-2016 e 02-09-2018. Quando questionado sobre a importância do turismólogo para o desenvolvimento do turismo nas estâncias paulista, o entrevistado 1 não se conteve em ressaltar a importância do bacharel em Turismo como também de enumerar algumas cidades que se diferem devido à profissionalização na gestão, como Brotas, Caconde, Santos, Ilhabela, São Vicente, Santos. O entrevistado 1 também salientou a importância da articulação das estâncias perante Lei 1.261/2015, destacando que a partir dela houve envolvimento do setor profissional de turismo. Para que os municípios consigam se manter no chamado 'ranqueamento das estâncias paulistas' será indispensável e muito importante a presença profissional. Ainda, para o entrevistado, a aplicação dos Planos Diretores de Turismo serão ferramentas de forte atuação do turismólogo para com o desenvolvimento e fortalecimento do setor no Estado de São Paulo.

A segunda entrevista ocorreu em 24 de abril de 2018, em que o entrevistado 2 esclareceu que a legislação de 2015 dá uma 'chacoalhada' nas cidades que são estâncias, com o objetivo de manifestar uma competição saudável entre os municípios paulistas para o fortalecimento do desenvolvimento do turismo, e que, os municípios que tenham profissionais de Turismo se destacam e se descarrarão na frente nessa competição. O entrevistado 2 salientou que em sua gestão foi nítida a importância do turismólogo na atuação na Secretaria Estadual de Turismo, na qual os profissionais foram os responsáveis pelos pareceres técnicos para o pleito das cidades que estão buscando a denominação do município de Interesse turístico, evidenciando as competências de atuação para análise técnica como: elaboração do plano diretor de

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

turismo, inventários turísticos, pesquisa de demanda turística, entre outros fatores. O entrevistado 2 também ressaltou que os gestores públicos devem se atentar para a profissionalização da equipe, ponderando que o bacharel em Turismo é o elemento competente com as habilidades técnicas para gerenciar ações de desenvolvimento do turismo, realizar programas que visam à sustentabilidade, o fortalecimento local e regional, além de compor de teorias conceituais e práticas que aspiram ao amadurecimento do turismo em longo prazo, apesar da realidade da maioria das Estâncias ainda não se atentarem para isso. O entrevistado 2 permaneceu no cargo até a data de 5-4-2018.

A terceira entrevista aconteceu em 10 de julho de 2018. O entrevistado 3 permaneceu no cargo até 18-12-2018. Salientou, como os demais entrevistados, que as estâncias são locais privilegiadas e aptas para desenvolver o turismo e, as secretarias de Turismo dos municípios estão desenvolvendo projetos como implantação de sinalização dos pontos de visitação, revitalização e construção de equipamentos, recapeamento e pavimentação de ruas, entre outras. O entrevistado 3 ainda salientou que, antes que haja a liberação dos recursos estaduais, a equipe técnica de Turismo da secretaria estadual analisa os projetos apresentados pelos municípios e resalta que os investimentos devem ser utilizados para fomentar a atividade e melhorar os serviços públicos prestados à população das localidades. O entrevistado 3 discorreu que o ranqueamento é uma forma de estimular os municípios turísticos a investirem ainda mais no fomento do setor com profissionais formados na área. Na entrevista, o entrevistado 3 destacou que, para a elaboração da regulamentação do ranqueamento da legislação de 2015 serão necessárias várias audiências públicas para ouvir principalmente a classe técnica formada por bacharéis de Turismo, professores, grupos de pesquisas que tem a capacidade e a competência para discutir a regulamentação do ranqueamento com técnica e profissionalismo. O entrevistado 3 salientou que os profissionais de Turismo são responsáveis pela pesquisa, planejamento, organização e promoção das atividades ligadas ao setor e que são de vital importância para a gestão das políticas públicas nas estâncias e nos municípios de interesse turístico.

Apesar de todos os entrevistados fomentarem a importância do profissional de Turismo para o mercado da gestão das políticas públicas a atuação do turismólogo é ainda muito incipiente no setor da gestão das políticas públicas de turismo, em especial aqui nas estâncias paulistas, ocasionando a falta de fortalecimento do crescimento do turismo no estado de São Paulo.

Acredita-se que a maioria dos municípios considerados estâncias não conseguiu fortalecer o turismo comparado com a análise do tempo de recursos financeiros recebidos. Será que se os governantes das estâncias tivessem admitidos turismólogos nos setores competentes técnicos e/ou cargos políticos, o cenário do turismo atual das estâncias poderia ser outro? Enfim, infelizmente não é possível encontrar estudos, dados, pesquisas, que possa validar essa questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo traz à tona uma reflexão da importância do profissional de Turismo para o desenvolvimento e fortalecimento real da atividade nas gestões das políticas públicas e, em especial nas estâncias turísticas do estado de São Paulo. Como visto a inserção do profissional de Turismo ainda é muito reduzido na gestão das políticas públicas, em especial aqui representado pelo estudo nas estâncias turísticas que recebem recursos financeiros do DADETUR para aplicação de obras de infraestrutura voltados para o fortalecimento do turismo, em que 21,4% dos municípios considerados estâncias não apresentam nenhum profissional atuando nas secretarias municipais de Turismo e, quando a secretaria apresenta um quadro de profissionais de Turismo com 3 ou mais funcionários, o resultado é ainda mais assustador, revelando que somente 20% das estâncias turísticas retratam essa realidade.

Evidencia-se a necessidade da inserção de turismólogos nas estâncias paulistas, haja vista que, muitas dessas cidades são consideradas estâncias por ato legal, mas não de fato, podendo ocasionar o descaso e o desperdício do dinheiro público que poderia ser melhor empregado para o fortalecimento do turismo em longo prazo, apesar de todos os entrevistados sinalizarem que as estâncias estão percebendo a importância do profissional de Turismo para implantação de projetos, programas e planos que visam o desenvolvimento em nível social, ambiental e econômico. Considera-se imprescindível a defesa da importância do profissional de Turismo nas ações das políticas públicas, para que estas localidades possam atingir seu potencial de desenvolvimento turístico, tornando-as mais competitivas no cenário regional e nacional. Ressalta-se que o bacharel em Turismo pode ser um agente promotor da competitividade dos destinos, pois é dotado de formação, competências e habilidades que, se empregados devidamente, podem fazer diferença no desenvolvimento local e regional.

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

Acredita-se que essa pesquisa possa trazer um pensamento crítico e reflexivo da quantidade de recursos financeiros que já foram investidos nessas estâncias, desde a criação da primeira estância balneária em 1947, e a implicação disso no desenvolvimento do setor do turismo. É importante a reflexão desse contexto não só para a inserção do profissional no cenário público, mas para a autonomia técnica desses turismólogos que possam sobressair sobre os interesses políticos e imediatistas locais. Para tanto, será que os municípios estão realmente se preparando para o fortalecimento e desenvolvimento do turismo? Nesse contexto, até quando as cidades vão continuar no amadorismo? Será que a Lei 1.261/2015 no estado de São Paulo poderá interferir na inserção do turismólogo na atuação da gestão das políticas públicas? Ou estamos falando apenas em jogo de poder, onde quem pôde mais, ganha mais.

Retomando do ponto de partida deste trabalho de evidenciar a importância do bacharel em Turismo no contexto das políticas públicas de turismo nas secretarias municipais ou afins, em especial aqui representado nos municípios Estâncias do Estado de São Paulo, a questão não se encerra, apenas alimenta o assunto para que novas pesquisas possam surgir no âmbito do estudo das gestões das políticas públicas de turismo, salientando a relação do bacharel em turismo com as ações das políticas públicas de turismo sejam em âmbito municipal, estadual e federal.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo - ABBTUR. (s.d). [Link](#)
- Almeida, F. A. B. & Castro, J. F. (2017). Planejamento do turismo de base comunitária: perspectivas críticas. *Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro*, 17(3), 66-81. [Link](#)
- Ansarah, M. G. R. (2002). *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- Associação das Prefeituras das Cidades Estâncias do Estado de São Paulo - APRECESP. (2016). [Link](#)
- Aulicino, M. P. (2001). *Turismo e Estâncias: impactos e benefícios para os municípios*. São Paulo: Futura.
- Beni, M. C. (2006). *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- Beni, M. C. (2012). *Planejamento estratégico e capacidade de gestão*. São Paulo: Manole.
- Brasil. Ministério da Educação MEC. (2006). *Resolução n. 13, de 24 de novembro de 2006*. [Link](#)

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

- Brasil. Ministério do Turismo. (2019). *Crescimento do turismo mundial pode chegar a 4% em 2019*. [Link](#)
- Brasil. Ministério do Turismo. (2018). *Dados e fatos - Sondagem do consumidor: intenção de viagem*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Brasil. Ministério do Turismo. (2017). *Boletim de Desempenho Econômico do Turismo*. [Link](#)
- Brasil. Ministério do Turismo. (2017). *Dados e fatos: extrator de chegadas de turistas internacional no Brasil*. [Link](#)
- Brasil. Presidência da República. (2012). *Lei n. 12.591 de 18 de janeiro de 2012*. Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício. [Link](#)
- Beltrão, R. E. V. & Nogueira, F. A. (2011). A pesquisa documental nos estudos em administração pública e gestão social no Brasil. *Anais Enanpad*, 35. Rio de Janeiro: Anpad [Link](#)
- Catramby, T. C V. & Costa, S. R. R. (2004). Qualificação profissional em Turismo como fator de competitividade do setor. *Caderno Virtual de Turismo*, 4(3), 26-34 . [Link](#)
- Carvalho, K. D. & Guzmán, S. J. (2011) El turismo em la dinámica territorial lógica global, desarrollo local? *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 20(2), 441-461 [Link](#)
- Cesar, P. de A. B. (2011). *Turismo e desenvolvimento sustentável: análise dos modelos de planejamento turístico*. Caxias do Sul-RS: Educus.
- Creswell, W. J. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa*. Porto Alegre, Penso.
- Cruz, R. C. (2016). Políticas públicas de turismo no Brasil e pesquisa interdisciplinar: uma análise sobre o passado e o presente e reflexões sobre o futuro. In: M. I. Azevedo, L. Calabre, R. Bartholo; M. A. G. Lima, E.A. Moraes, M. Egrejas & D. R. Lima (Orgs). *Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. [Link](#)
- Dwyer, L., Edwards, D. Mistilis, N., Roman, C. & Scott, N. (2009). Destination and enterprise management for a tourism future. *Tourism Management*, 30, 63-74. [Link](#)
- Dias, R. & Matos, F. (2012). *Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas.
- Fernandes, I. P. (2011). *Planejamento e organização do Turismo*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Fratucci, A. (2014). Turismo e território: relações e complexidade. *Caderno Virtual de Turismo*, 14(1), 87-96. [Link](#)
- Galvão, P. R (Org.) (2018). *Estâncias e municípios de interesse turístico: o exemplo de São Paulo como incentivo ao turismo para o Brasil*. Curitiba: Juruá.

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

- Gastal, S. & Moesch, M. M. (2007). *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph.
- Hall, C. M. (2004). *Planejamento do Turismo: política, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.
- Juliano, T. (2015). *Avaliação do impacto de políticas públicas em indicadores sociais: turismo e desigualdades nas estâncias de São Paulo*. Dissertação. Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba. [Link](#)
- Köche, J. C. (2011). *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Merriam, S. B. (2015). *Qualitative research: a guide to design and implementation*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Observatório do Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo. (2017). *Relatório: pesquisa da Aprecesp 2016*.
- Oliveira, N. de. (2017). *IBGE Total de desempregados cresce e atinge 14,2 milhões*. [Link](#)
- Panosso Neto, A. & Trigo, L. G. G. (2009). *Cenários do turismo brasileiro*. São Paulo: Aleph.
- Pimentel, T.D., Carvalho, F. C. & Paula, S. C. (2016). Análise do discurso sobre o mercado de trabalho em turismo e empregabilidade segundo a visão do departamento de turismo de uma instituição de ensino superior do Brasil. *Turydes: Turismo y Desarrollo local*, 9(21), s.p. [Link](#)
- Raimundo, S., Almeida, M. V., Solha, K. T. & Aldrigui, M. (2010). Análise da cronologia da criação das estâncias turísticas do Estado de São Paulo. *Anais ... VII Seminário da Anptur*. [Link](#)
- Rosa, L. V.C., Balsa, L. A. G., Tonin, S. & Costa, V. M. F. (2016). Trajetória de carreira do profissional formado em Turismo. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 8(1), 1-10. [Link](#)
- Ruschmann, D. (2016). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus.
- Sampierieri, H. R., Collado, F.C. & Lucio, B.P. M. del. (2013). *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso.
- Santos, E. G. C. (2015). *O despertar de um sonho: a inserção do turismólogo no mercado de trabalho de Salvador*. Olinda, PE: Unifacs.
- São Paulo. (1992). *Lei nº7.862/1992*. [Link](#)
- São Paulo (2015). *Lei nº 1.261/2015*. [Link](#)

Rigoldi, A. G. M., Cremonesi, G. O. G., Solha, K. T., Spers, V. R. E. & Vieira, M. T. (2020). O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169>

São Paulo. (2016). *Lei nº 16.283/2016*. [Link](#)

Silva, F. C. da. (2015). *A formação de agenda de políticas públicas de turismo em âmbito local: os casos de Ouro Preto (MG) e Paraty (RJ)*. Tese. Doutorado em Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. [Link](#)

Solha, K.T. (2005). Órgãos estaduais de Turismo no Brasil. In: Trigo, L. G. G.; Panosso Netto, A.; Carvalho, M. A.; Pires, P. dos S. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. (pp. 39-47). São Paulo: Roca.

Solha, K.T., Aldrigui, M., Almeida, M. V. & Raimundo, S. (2010). Estâncias turísticas do Estado de São Paulo: apontamentos históricos sobre sua origem, situação atual e perspectivas de desenvolvimento. *Anais... VII Seminário da Anptur*. [Link](#)

Trigo, L. G. G. (2015). Regulamentação profissional em turismo: um erro histórico. *Turismo: Estudos & Práticas*, 4(2), 96-106. [Link](#)

Winkert, S. L. & Vicentini, P. W. (2015). A contribuição do turismo e do turismólogo para o desenvolvimento local. *Anais... IX Fórum Internacional de Turismo do Iguassu*, Foz do Iguaçu, Paraná. [Link](#)